

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico!*

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Caroline Silveira Bauer é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do CNPq. Pesquisa a ditadura civil-militar brasileira e temáticas correlatas. É autora de “Como será o passado: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade” e “Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória”.

Caroline Bauer

João Teófilo
Marina Camisasca

A batalha de memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo vai ter de novo discussões sobre isso.

Território Científico (TC): Caroline, gostaria que você nos contasse como foi sua trajetória acadêmica.

Caroline Bauer: Formei-me em licenciatura e bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2003. No momento da formatura, já pesquisava ditadura, foi um interesse que surgiu em meados da graduação, mas não inicialmente como uma pesquisa sobre a ditadura em si. Eu pesquisava as representações da ditadura presentes em editoriais dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul, “Zero Hora” e “Correio do Povo”, nos aniversários do golpe. Eu analisava o posicionamento editorial dos jornais nos 31 de março de 1978 a 1988. A minha ideia inicial foi muito influenciada por uma leitura ensaística da ditadura, mas que para mim fazia bastante sentido, do Daniel Aarão Reis Filho¹, que afirmava que durante o processo de transição política houve uma mutação de determinados setores da sociedade brasileira em relação ao seu apoio à ditadura. Isso ficou evidenciado nos editoriais desses jornais

1 REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; REIS FILHO, Daniel Aarão. Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. ACESSA.COM. Maio de 1999. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=104>.

entre 1978 a 1988. A percepção da ditadura e a narrativa sobre a ditadura foram bem diferentes, elas mudaram com o decorrer dos anos. Aí no final do curso foi a primeira vez que me deparei com o estudo da repressão durante a ditadura e essa temática seguiu por muitos anos. Foi totalmente por acaso que encontrei este objeto de pesquisa. Estava assistindo a um programa de TV que falava sobre a resolução de um processo de indenização pedido por uma mulher em relação ao assassinato de seu marido durante a ditadura, que foi um caso bem paradigmático no Rio Grande do Sul, ocorrido em 1966, que foi o chamado crime das mãos amarradas. Assisti esse programa em 2002 e fiquei intrigada: “*Crime das mãos amarradas? O que é isso?*”. Me chamou bastante atenção, e aí comecei a ir atrás de informações e a ler sobre o tema. Ainda que naquela época já existisse o Google, ele não era tão popularizado, e a nossa busca bibliográfica era primordialmente por livros e artigos em bibliotecas. Descobri, durante a pesquisa, que o grande responsável pela morte de Manoel Raimundo Soares, que foi a pessoa vitimada no chamado crime das mãos amarradas, havia sido o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, o DOPS. A partir de então, me interessei pelo funcionamento do DOPS.

Quando me formei, no final de 2003, fiz a seleção para o mestrado e a minha proposta era pesquisar a repressão no Rio Grande do Sul, especificamente o funcionamento do DOPS no estado. Acho importante destacar que, nesse momento, não havia muitos materiais para pesquisa disponíveis em plataformas digitais, inclusive não existiam revistas digitalizadas, e os bancos de dissertações e teses ou não existiam ou eram muito incipientes. Quando comecei a pesquisar sobre o DOPS do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2004, após ter ingressado no mestrado, as pesquisas sobre a ditadura também eram relativamente rarefeitas. Havia obras publicadas por cientistas políticos, jornalistas e sociólogos sobre a ditadura, mas poucos trabalhos historiográficos. Sabíamos que haviam sido publicadas algumas obras precursoras nos anos 1980, obras do ponto de vista storiográfico, como a obra da Maria Helena Moreira Alves², o livro

2 MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 2ª ed. Bauru-SP: Edusc, 2005 [1984].

do René Dreifuss³ e outras análises de cientistas políticos e sociólogos. Os historiadores começaram a pesquisar mais sobre o tema da ditadura a partir de meados dos anos 1990, e o projeto do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) sobre as memórias da ditadura foi realmente muito importante para impulsionar as pesquisas sobre o tema.⁴ No entanto, as pesquisas sobre o Rio Grande do Sul e a ditadura eram raríssimas e provenientes da Ciência Política e das Ciências Sociais. Essas pesquisas foram produzidas em momentos nos quais aconteceram situações específicas, por exemplo, no período de extinção do bipartidarismo e do surgimento dos partidos políticos, havia análises a respeito disso. Então, sobre o funcionamento do DOPS, posso estar cometendo uma injustiça agora, mas me lembro de ter acesso a uma única dissertação, que foi muito importante para mim, da Sinara Fajardo⁵, que analisou o processo da CPI da espionagem política do Rio Grande do Sul. Essa CPI descobriu que, mesmo extintos os órgãos políticos da ditadura, a espionagem política continuava acontecendo no Rio Grande do Sul. Além dessa dissertação, para fazer a pesquisa foi preciso ir atrás e reconstituir acervos, realizar entrevistas e coletar informações que pudessem ser úteis. Lembro-me ainda hoje do dia que descobri - naquela época eu também militava no movimento pela abertura dos arquivos da ditadura - que existiam registros da queima da documentação do DOPS do Rio Grande do Sul, que não era só uma narrativa feita pelos militares, esses documentos tinham mesmo sido destruídos, existiam fotografias e reportagens sobre essa destruição. Aí pensei: *“Bom, a partir da lógica do funcionamento da ditadura, que era de troca de informações entre os órgãos repressivos, deveria haver documentação do DOPS do Rio Grande do Sul em outros DOPS do Brasil”*. Então fui pesquisar nos arquivos do DOPS de São Paulo, do DOPS do Paraná e do DOPS do Rio de Janeiro.

3 DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

4 **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964 (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994); **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994); e **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995), série de livros organizada por Celso Castro, Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares.

5 **Espionagem política**: instituições e processo no Rio Grande do Sul (1993).

Nesses arquivos, localizei vários documentos que me permitiram desenvolver a dissertação de mestrado, que defendi em 2006.

Entre o mestrado e o doutorado, fiz uma pausa de um ano. Acho interessante narrar isso, pois o mestrado foi bastante automático depois de terminada a graduação, uma coisa quase assim: *“Não sei muito bem o que fazer, mas eu gosto de ser historiadora”*. E com o mestrado eu ia continuar pesquisando. Já entre o mestrado e o doutorado, parei um pouco porque eu nunca vislumbrara uma carreira acadêmica, não era algo que se apresentava para mim como um projeto de vida, não almejava isso imediatamente, eu queria ser professora da Educação Básica. Durante esse ano de pausa, dei aulas, mas ainda sentia a necessidade de pesquisar. Resolvi então fazer a inscrição para o doutorado e propus um estudo comparativo entre as estruturas dos DOPS estaduais no Brasil e o órgão congênere existente na Argentina, que era a Divisão de Inteligência Policial, que existiu em todas as províncias argentinas. Depois acabei reduzindo a pesquisa para a DIPBA (Divisão de Inteligência da Província de Buenos Aires) e o DOPS do Rio Grande do Sul, que eram os órgãos que eu tinha mais familiaridade entre aqueles que pretendia estudar. Mudei-me para Buenos Aires, fiquei um tempo trabalhando lá e estava em um momento de pesquisa em arquivo, indo com frequência para La Plata, onde estava a documentação. Com a pesquisa das fontes ainda em andamento, a Justiça argentina requisitou toda a documentação de La Plata, em função das causas judiciais. Todo o arquivo seria utilizado como prova para as causas judiciais e foi impedida a pesquisa. Aí pensei: *“O que vou fazer agora sem o meu principal arquivo?”*. Entrei com uma solicitação na justiça para a liberação desse arquivo, falei de todos os cuidados que nós historiadores temos com essa documentação, que nós podemos escolher pelo sigilo, que me interessava muito mais conhecer a estrutura repressiva do que as pessoas que foram vítimas da estrutura propriamente dita. Pelo tempo da Justiça a autorização para a pesquisa só saiu seis meses depois e, quando saiu, eu já tinha mudado o tema da tese. Um pouco pela ansiedade de como resolver ao estar com um arquivo impedido, mas também porque em outubro de 2008, quando estava morando na Argentina e realizando essa pesquisa, fui a um evento na ESMA

(Escuela de Mecánica de la Armada) e conheci o Ricard Vinyes⁶. Posteriormente, ele se tornou o supervisor da minha tese em Barcelona a partir de um convênio de cotutela de dupla titulação entre a UFRGS, onde eu fazia o doutorado, e a Universidade de Barcelona, para onde fui. A fala do Vinyes, nesse evento, foi muito impactante, até hoje agradeço a ele por isso. A fala dele era sobre as políticas de memória na Espanha, e ali eu me dei conta do que queria trabalhar. Na fala dele reconheci: é essa junção que preciso. Porque o que mais me instigava desde a graduação - aqui não é uma ficção autobiográfica - era entender um pouco porque existia um silêncio tão grande sobre a ditadura na sociedade brasileira. Naquele momento era muito maior do que hoje, e era uma coisa que eu tentava pensar o porquê. Pelo menos aqui no Rio Grande do Sul, onde a gente tem uma troca muito grande com o Uruguai e a Argentina, nós víamos tanto essa expressão de luta nesses países em relação ao seu passado ditatorial e no Brasil, não. Aí pensei: *“É nisso que quero trabalhar. Eu quero começar de trás para frente, quero começar do presente para chegar até o passado. Quero estudar como os governos democráticos gerenciam essa memória da ditadura para chegar até a política de desaparecimento, já que a política de desaparecimento era o elemento comum entre as ditaduras. Mas as formas como as democracias se relacionavam com esse passado era diferente no presente dos dois países”*.

Fiz a proposta para a minha orientadora no Brasil, que era a Cláudia Wasserman, que foi minha orientadora também no mestrado, e ela disse: *“Ok, me apresente o material”*. Aí voltei ao Brasil e fiz a inscrição para o doutorado sanduíche para ir para Barcelona, e o Vinyes aceitou ser o supervisor. Preciso dizer e reconhecer que tanto no mestrado quanto no doutorado fui bolsista, e para o sanduíche também tive bolsa de pesquisa. No mestrado, o órgão financiador foi o CNPq e, no doutorado, foi a CAPES, tanto do sanduíche quanto da bolsa no Brasil. Na Argentina, me mantinha com a bolsa que tinha no Brasil, naquele momento esse recurso era suficiente para me manter na Argentina. Aí fui para Barcelona, onde fiquei durante 1 ano. Cheguei em julho de 2009 e as aulas só começavam em setembro.

6 Historiador catalão, catedrático de História Contemporânea na Universidade de Barcelona.

Nesse íterim, aprendi catalão, que era uma necessidade por causa das aulas e para melhorar minha convivência em Barcelona, e escrevi um capítulo de reformulação da tese. Já tinha feito a qualificação e pensei: *“Vou reescrever isso”*. Lembro-me que não foi um capítulo, foi quase uma catarse da reformulação da tese propriamente dita, e deu quase 400 páginas. Enviei para a minha orientadora e ela falou: *“Olha, tu escolhes: ou tu reduces isso e transforma isso em outra coisa, porque eu não vou seguir te orientando, eu não vou supervisionar uma tese de 1.000 páginas”*. Daí falei: *“Tudo bem”*. Eu vi que realmente tinha muita coisa naquela produção que era um processo que eu precisava para me apropriar dos temas com os quais pretendia trabalhar, acho isso bem normal no processo de formação do pós-graduando, que lê muita coisa e tem vontade de colocar tudo no trabalho final, e depois começa a reconhecer o que é algo para a formação e o que é para constar no texto para sustentar a argumentação. Então respirei fundo e retirei as partes desnecessárias.

Barcelona foi uma experiência incrível do ponto de vista de vivência, de experiências, de trocas e de contatos. Tive aulas com o Vinyes e com o Josep Fontana, que para mim são historiadores super referências. Tive contato com pessoas que não estavam diretamente ligadas à academia, mas atuavam como elaboradores de políticas de memória da Catalunha. Então, foi um processo realmente enriquecedor. Voltei para o Brasil em julho de 2010. Faltava escrever um capítulo e pouco da tese, e para conciliar os calendários e permitir a vinda do Vinyes para a defesa, o exame foi marcado para abril de 2011 e terminei o doutorado nos quatro anos regulamentares. O lado ruim foi a grande burocracia necessária para a assinatura dos acordos de cotutela e dupla titulação, para eu ser doutora também pela Universidade de Barcelona. Foi preciso fazer reconhecimento de firma no exterior, tradução juramentada de documentos e acordos entre as reitorias. Então defendi a tese em abril de 2011 e, naquele momento, já atuava como professora da Educação Básica. Comecei a lecionar em uma escola particular aqui em Porto Alegre, em janeiro de 2011, e dava aula para os nonos anos. Foi uma experiência fundamental para mim do ponto de vista formativo, humano, de relacionamentos, de pensar questões didáticas, de pensar no ensino de história, acho

que para mim foi super importante. Foi uma experiência que eu tinha pensado: *“Bom, vai ser um momento agora pós doutorado até eu avaliar o que eu vou fazer, como é que vai ser a vida daqui por diante”*. Mas, já em 2011, comecei a fazer alguns concursos para professor do Ensino Superior, ainda não muito convencida que essa ia ser a minha trajetória. Contudo, precisava fazer os concursos por uma questão de emprego. Então fiz concurso para USP, que fiquei em quarto lugar; fiz concurso para a Universidade Federal de Pelotas, que fiquei em segundo lugar; fiz uma seleção, aí era um processo simplificado, para a FGV, que não fui aprovada; e fiz um para a UNISINOS, que é uma universidade privada aqui do Rio Grande do Sul, e também não fui aprovada. Aí pensei: *“Então vou seguir aqui na escola, eu gosto daqui, acho que é um bom local para aprender bastante”*. Eu sou apaixonada até hoje pelos meus alunos, mantenho relação com vários deles, alguns são meus alunos na História, o que também é muito significativo para mim.

Só que a vida pressupõe que nós não tenhamos controle nenhum e nos coloca situações inimagináveis. Em 2011, nós vivíamos em uma conjuntura em que era possível pensarmos a elaboração de políticas públicas de memória no Brasil, e eu tinha um grande amigo que trabalhava como diretor do Departamento de Relações Internacionais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ele me disse que abriram alguns editais de consultoria. Fui selecionada para trabalhar na consultoria histórica relativa à Guerrilha do Araguaia e à Operação Condor. Então me mudei para Brasília, na verdade, durante algum tempo ainda morava em Porto Alegre, mas já desempenhava as funções em Brasília, porque no início da consultoria, as atividades não eram em Brasília, eram no sul do Pará, na região de conflito da guerrilha, então eu voava de Porto Alegre para lá. Mas, no início de 2012, já me mudei para Brasília e comecei a trabalhar cotidianamente na rotina da Secretaria de Direitos Humanos. Foi um período de aprendizado intenso, foi um momento inclusive super importante enquanto pesquisadora porque eu tinha uma perspectiva do funcionamento e elaboração de políticas de memória e sempre comento isso quando falo sobre essa história, tive a impressão de passar de pedra para vidraça. Anteriormente, eu era a pedra, e trabalhando na

SDH passei a ser a vidraça, via a intenção da cobrança dos familiares pela elaboração de políticas e, ao mesmo tempo, uma tensão interna dentro do governo. Passei a ver os limites dessas políticas, em função da própria governabilidade, dos acordos existentes no sistema de coalizão, que é o sistema político. Então, não foram poucas as vezes que elaboramos projetos de políticas públicas relativas à ditadura e, ao apresentá-las para as instâncias superiores, ouvimos que não era o momento político de certas coisas serem desenvolvidas. Então, realmente foi bem delicada essa situação, ainda que em outras fossem inteiramente atendidas as reivindicações. Eu me lembro de uma que foi super importante em relação à Operação Condor. Ouvi uma entrevista do Peter Kornbluh, que é um pesquisador que trabalha na *Freedom of Information Act*, no Estados Unidos, que é uma ONG que disponibiliza documentação do Serviço de Segurança dos Estados Unidos, e ele é o responsável pelos casos do Chile e do Brasil. Depois de ouvir essa entrevista, fiz uma proposta para Maria do Rosário, que na época era a ministra de Direitos Humanos, que o trouxéssemos para o Brasil e fizéssemos uma solicitação do máximo de documentação possível sobre a Operação Condor no Brasil. Ela topou, achou super importante, ele veio e acabou coincidindo com o início das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e ele não fez mais essa assessoria para a SDH e para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, mas, sim, para a Comissão da Verdade. Isso eu considero uma vitória desse período, das pequenas vitórias. Essa consultoria terminou no final de 2012 e, logo depois, fiz uma seleção para outra consultoria, que ainda era vinculada à questão de elaboração de políticas públicas de direitos humanos, mas essa era mais voltada para a continuidade do crime da tortura no Brasil. Então, tinha um pouco mais a ver com a questão da violência policial como uma questão não resolvida em relação à ditadura. Fazia parte de uma política chamada de política de não repetição. Essa consultoria era para durar mais um ano, comecei em janeiro de 2013.

Só que aí, de novo, vem a vida atropelando os planos que a gente faz: em março, me chamaram no concurso que havia feito na Universidade Federal de Pelotas. Aí pensei: “*Nossa, o que eu faço?*”. Aí antecipei alguns dos produtos que podia fazer, mas rescindi o con-

trato com a SDH e me mudei para Pelotas, onde fiquei como professora durante quase três anos. Foi uma experiência também muito importante, muito significativa antes do cargo atual e do lugar onde atualmente trabalho, que é uma universidade situada numa capital, uma universidade com uma internacionalização grande, uma grande universidade. Foi muito importante trabalhar em uma universidade em uma região semiperiférica - sem nenhum demérito em relação a isso -, mas fora de algum centro urbano, ainda que Pelotas seja uma cidade de 300 mil habitantes. Fiz um concurso para a UFRGS, passei e estou aqui desde 2015. Não tenho planos de sair daqui por enquanto, vamos ver o que a vida me espera, mas estou bem aqui, acho que na UFRGS consegui atingir um bom nível de dedicação entre todas as funções que o professor da Educação Superior tem, que é realizar as suas atividades docentes, realizar as suas orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado, além dos projetos de extensão e pesquisa, como LUPPA, o Laboratório sobre os Usos Políticos do Passado, e as atividades que a gente faz por ele. Conto com a infraestrutura da universidade para o desenvolvimento pleno das pesquisas que tenho e acho que isso é fundamental para um professor. Acho que a UFRGS me permite ser uma professora de Ensino Superior na íntegra, não me dedicar tão somente às atividades docentes, mas às outras dimensões da atuação docente do Ensino Superior.

TC: Caroline, qual importância você atribui ao seu objeto de pesquisa para a produção do conhecimento histórico?

Caroline Bauer: Não sei, eu tinha uma preocupação de poder trazer para o Brasil alguns debates que são sobre as ditaduras no exterior, que eu acreditava que no Brasil havia certos ranços políticos, certas posturas políticas que impediam determinadas discussões. Por exemplo, o conceito de Terrorismo de Estado, que para mim foi fundamental para o desenvolvimento da dissertação e da tese. Eu acreditava que os empecilhos que eram colocados para a aplicação desse conceito no Brasil provinham muito mais de uma resistência política do que de uma resistência historiográfica. Tanto é que me esforcei muito na dissertação e na tese para realizar uma aplicação desse conceito, uma aplicação crítica, obviamente. Não se tratava

simplesmente de tentar encaixar as pecinhas, mas de diálogo com as fontes e poder explorar a potencialidade desse conceito. Então, não sei se isso de alguma forma contribuiu para o conhecimento histórico, mas foi o que eu coloquei como um objetivo. Inclusive, eu acreditava que isso era muito importante, sigo acreditando. Acho que essa pode ser a resposta, sigo acreditando que as nossas pesquisas sobre a ditadura precisam avançar do ponto de vista conceitual. Acredito que nós tenhamos excelentes pesquisas que lidam muito bem com dados empíricos, que inclusive constroem determinados acervos e constroem determinadas fontes para lidar com os problemas que nós temos de acessibilidade e de disponibilidade de fontes ou de abordagens de determinados temas em função também dos descasos com muitos acervos existentes no Brasil, mas acho que nós podemos contribuir muito do ponto de vista conceitual. Já me disseram: *“Mas essa não é a função do historiador. O historiador se usa de conceitos de outras áreas”*. Nada impede que nós historiadores contribuamos com as discussões conceituais, e acho que a gente precisa investir mais do ponto de vista dos conceitos nas nossas pesquisas. Inclusive, atualmente, o que me mobilizou para desenvolver o pós-doutorado foi o conceito de transição, para tentar entender a transição política brasileira. A gente fala isso com uma espontaneidade, mas o que significa transição? Transição é a mudança de um *status quo* para outro? É a volta a uma determinada normalidade? É o quê? Estudei um pouco a transição política espanhola e as discussões sobre tema, ainda que no Brasil, inclusive dentro da Ciência Política, tenha todo um ramo que trabalha com isso, que é a transitologia. Mas acho que não dá conta dos nossos debates dentro do Brasil sobre o que é transição.

Acho que se pudesse resumir rapidamente uma resposta para essa questão, a minha contribuição foi chamar a atenção para a importância dos conceitos nas pesquisas sobre ditaduras, da gente desnaturalizar alguns conceitos, separar o que é uma versão historiográfica assentada na memória, como, por exemplo, o término da ditadura em 1985. Por que a ditadura termina em 1985? Porque se consolidou na memória que a ideia de um civil que rompeu uma sucessão de governos militares seria o término da ditadura, mas isso

não significa o término da ditadura do ponto de vista constitucional, de práticas, enfim, nós temos um limbo entre 1985 e 1988 do ponto de vista de um regime político, então sei que não é ditadura, mas sei também que não é democracia. Mas, então, o que é? Acho que sempre me esforcei muito para desnaturalizar algumas questões e chamar a atenção para a importância de a gente não tomar como algo dado o marco 1964-1985, ou, por que usar a nomenclatura ditadura civil-militar? Eu prefiro essa ideia de ser civil-militar, mas por quê? O que é o civil no civil-militar? Inclusive, acho que conceitualizar dá mais força para os nossos trabalhos.

TC: Você falou, na primeira pergunta, sobre o problema que você teve no acesso às fontes em Buenos Aires, porque a Justiça acabou impedindo que você continuasse acessando aquelas fontes, uma vez que elas seriam utilizadas na reabertura dos processos. Além dessa dificuldade, quais outras você vivenciou, ou quais outras você considera no sentido de enfrentar ou que prejudique a produção desse conhecimento histórico sobre a ditadura militar?

Caroline Bauer: Acho que foram dificuldades em sentidos diferentes. Algumas de mais fácil resolução, outras nem tanto, porque acho que na trajetória da pós-graduação é relativamente normal a gente passar por determinadas dificuldades, sem nenhuma ideia de um heroísmo, “*Ah, a gente enfrentou, resolveu isso*”, não! Porque se trata de dificuldades que aparecem. Por exemplo, de precisar realizar determinada abordagem e não encontrar um conceito que te ajude, ou não conseguir fechar determinada ideia do ponto de vista de argumentação do trabalho. Então, essas são dificuldades, às vezes normais, que a gente resolve em diálogo com os orientadores, com colegas. Acho que essas são dificuldades esperadas até mesmo do processo de amadurecimento, que é normal na pós-graduação.

Mas, passei essa dificuldade com arquivo na Argentina; o conjunto documental que nós tínhamos aqui no Arquivo do Rio Grande do Sul, dos “restos”, digamos assim, do DOPS, que não possuía ferramentas para auxiliar a pesquisa. Então, acho que os fundos documentais foram os mais delicados. Viajando pelo país e pesquisando em outros fundos, como no APESP (Arquivo Público do Estado

de São Paulo), a gente vê que em São Paulo o tratamento era outro, tinha mais recurso, a possibilidade de pesquisa no APESP era excelente. Acho que por uma questão geracional também, a minha geração, que começou a pesquisar a ditadura no início dos anos 2000, teve menos interlocução pelo número reduzido de pesquisadores que trabalhava naquele momento com a temática. Era uma coisa bastante curiosa, no início dos anos 2000, a gente tinha controle sobre o campo, a gente sabia todo mundo que pesquisava ditadura, inclusive num grupo de pesquisa que participava havia, em fichinhas pautadas, catalogados todos os pesquisadores da ditadura. Então, era uma coisa que nós tínhamos controle, e o *boom* acredito que se deu a partir de 2004. A partir de 2004, houve o início de um processo de mudança de disponibilização de arquivos, de um outro tratamento com os arquivos da ditadura e, em 2014, já era outra situação, de total impossibilidade de controle do campo, com novos arquivos disponíveis. Acho que teve essa dificuldade arquivística, as dificuldades normais do processo de pesquisa, e houve uma resistência ainda em relação à questão da História do Tempo Presente.

Tal como falei, ainda precisei legitimar a pesquisa do tempo presente e a postura do historiador militante. Isso foi necessário nas pesquisas. Foi uma dificuldade do ponto de vista acadêmico, mas não foi uma coisa de outro mundo. Em alguns momentos, pesquisando em locais sensíveis de pesquisa, como instituições militares, ocorreu algum tipo de constrangimento. Não tive nenhum outro tipo de censura, tive uma situação muito delicada em relação à dissertação de mestrado, que foi também um aprendizado para a vida. Naquele momento, em 2006, quando fiz a defesa, claro, já existia todo um cuidado em relação à exposição de depoentes, manter o nome, manter o anonimato, manter o pseudônimo, essas questões todas. Eu acreditava ainda em uma postura muito militante, que eu precisava dar nome aos bois. De dizer: *“a documentação permite afirmar que o delegado naquela época era fulano de tal”*. E se em um depoimento de uma pessoa presa naquele momento, a pessoa disse que fulano de tal torturou, eu iria dizer quem era fulano de tal. Aí pensei: *“Bom, posso ter alguns problemas em relação a isso. Alguma perseguição e tudo”*. Qual não foi minha surpresa, quando fui

procurada por uma pessoa que tinha dado um depoimento para um livro, ou seja, era um depoimento público, era uma pessoa que tinha sido presa e torturada no DOPS do Rio Grande do Sul, o depoimento estava publicado em um livro com o nome, com a identificação da pessoa e eu citei isso na dissertação. A pessoa acabou tendo acesso ao depoimento dela pela minha dissertação, e não pelo livro citado, e ficou muito brava comigo por eu ter revelado o nome dela. Por mais que eu explicasse: *“Olha, isso daqui está publicado em um livro, veio daqui e tudo mais”*, foi uma situação muito delicada, e hoje reconheço toda a delicadeza dessa situação.

Não mudei a postura a respeito de publicizar os fatos, a não ser que seja feito o pedido para mim. Sempre consulto as pessoas, e se for feito o pedido de que seja mantido o anonimato, mantereí. Se formos pensar hoje, as nossas produções são de domínio público e a pessoa, ao digitar o seu nome no Google, pode acessar uma dessas informações. Tive esse constrangimento e é super compreensível, ainda que eu explicasse para a pessoa: *“Nunca te entrevistei, não foi produzido por mim, estava publicado naquele local”*. Fiquei muito mal com o que aconteceu, por expor uma pessoa, não foi indevidamente, mas acabou sendo. Então, isso foi uma das dificuldades que encontrei, medir entre a publicização por uma questão coletiva e preservar as dificuldades e as memórias individuais.

TC: O que você aconselharia para um pesquisador iniciante que gostaria de pesquisar temas relacionados à ditadura militar?

Caroline Bauer: Primeira dica, a dica que dou para os meus alunos. Um aluno quando chega para mim e diz: *“Professora, quero pesquisar sobre ditadura”*, a primeira coisa é meio óbvia, mas a pessoa tem que ler muito, porque é um campo vasto, que tem uma produção super extensa. Então, há que se ter um determinado domínio sobre essas leituras, sempre partindo de um ponto de vista um pouco mais amplo, e tentando buscar nesse ponto de vista mais amplo aquilo que pode estar faltando, ou que é muito genérico. Dentro de algumas generalizações, de alguns recortes regionais, alguns recortes de gênero, algumas questões raciais, enfim, a partir dessas brechas encontrar possibilidades de pesquisa. Dificilmente - ainda que tenha - um alu-

no, quando chega a mim, tem uma ideia zerada. Tem algum interesse, nem que seja: *“Ah, me interesse por música”*. A partir um pouco dos interesses, dos gostos, das vivências do aluno, procuro sempre, além da dica da leitura mais geral, mais ampla, algumas leituras mais específicas. Depois, além das leituras prévias, acredito que seja super importante os alunos se apropriarem de metodologia de pesquisa em relação às fontes escolhidas para análise. Isto eu tenho reparado bastante em dissertações de mestrado, teses de doutorado: quase uma ausência de reflexão metodológica, e aqui não estou falando das filiações, do aluno me dizer assim: *“Meu trabalho é um trabalho de História Oral”* ou *“Meu trabalho vem com reflexões da História Social”*. Nessa nossa ânsia por uma objetividade, por uma cientificidade, pelas regras do academicismo, sinto falta de relatos de como os pesquisadores chegaram ao seu objeto de pesquisa e como eles foram construindo isso, os problemas que enfrentaram. Na maioria das dissertações e teses, tem-se impressão de que o aluno se sentou para escrever no computador e está tudo pronto, que o aluno não passou por dificuldade nenhuma na escrita. Acredito que seja importante ressaltar para os alunos a necessidade de quase elaborar uma etnografia da pesquisa, de isso estar presente na escrita da dissertação, da tese, de um artigo, do que quer que seja, de como aquilo foi sendo construído, dessas etapas, dessa busca. Porque isso, inclusive, é importante para quem vem depois saber quais caminhos

Acredito que seja importante ressaltar para os alunos a necessidade de quase elaborar uma etnografia da pesquisa, de isso estar presente na escrita da dissertação, da tese, de um artigo, do que quer que seja, de como aquilo foi sendo construído, dessas etapas, dessa busca. Porque isso, inclusive, é importante para quem vem depois saber quais caminhos foram trilhados.

foram trilhados. Eu tenho recomendado bastante para os meus alunos inserir esse aspecto etnográfico da pesquisa como uma dica para os que virão depois de nós, até depois como uma possibilidade de confirmação de determinados dados.

Tive um aluno que fez uma pesquisa a partir de uma tese de doutorado que

trabalhou com a violência policial aqui no Rio Grande do Sul, em que

a pesquisadora, apesar de ter trabalhado com uma pessoa negra, a questão racial não atravessou as análises dela. Ela trabalhou especificamente com o caso de um menino negro que foi torturado depois do término da ditadura no Rio Grande do Sul, e esse meu orientando, o Gabriel Ribeiro da Silva,⁷ refez todo o procedimento metodológico dessa tese de doutorado adicionando o componente racial. Ele chegou a resultados totalmente diferentes, utilizando os mesmos procedimentos, as mesmas fontes, justificando que se esse componente racial tivesse atravessado aquele trabalho, os resultados teriam sido outros; ou se poderia explorar determinadas informações presentes nos documentos. Isso só foi possível porque a tese tinha o procedimento metodológico muito bem explicitado: *“Olha, foi trabalhado com esses documentos, dessa forma, eu cheguei depois a esses conceitos e tudo mais”*. Então, acho isso super importante. É uma dica que eu daria para os futuros pesquisadores, de se colocarem na pesquisa, de narrarem os procedimentos tomados para a elaboração dela.

TC: Gostaria que você nos falasse um pouco sobre as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador que estuda a História do Tempo Presente.

Caroline Bauer: As dificuldades de trabalho com a escrita do tempo presente, acho que vão ser inerentes a determinados governos, porque ela tem uma dimensão política e tem uma dimensão que se vincula a esses governos, mas ela tem uma dimensão epistemológica também. Se em mais de 250 anos de disciplina histórica a gente não conseguiu resolver a questão do distanciamento histórico, se o passado e o presente são vinculados por uma presença, ou se eles são ruptura entre uma coisa ou outra, não vai ser a História do Tempo Presente que vai conseguir resolver essa questão. Acho que do ponto de vista disciplinar, epistemológico, muitos anúncios vão estar presentes para o pesquisador da História do Tempo Presente. Quando começa esse tempo presente? Se a gente partir da ideia do

⁷ SIVA, Gabriel Ribeiro da. **Os conflitos das raças ou as tensões raciais na ditadura civil-militar em Porto Alegre (1968-1978)**. 2018; Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação Em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

último livro do Henry Rousso⁸, que o tempo presente é o tempo da última catástrofe, será que a ditadura brasileira ainda faz parte de uma História do Tempo Presente? Há, inclusive, a questão da pandemia do novo Coronavírus agora. Então, como é que a gente insere a ditadura nessa temporalidade do tempo presente? Se a gente leva em consideração um recorte no sentido de que o tempo presente é o tempo em que as pessoas que participaram diretamente dos eventos ainda estão vivas, muitas foram as pessoas que vivenciaram a ditadura que já nos deixaram. Acho que, atualmente, o principal problema para o estudo do tempo presente seja a disponibilidade de dados do ponto de vista dos arquivos. O tempo presente pode, então, ser um desafio para os pesquisadores, tanto pela dificuldade da disponibilidade de fontes quanto pela questão da diminuição do financiamento das pesquisas na área de humanidades em virtude dos sucessivos cortes feitos nas agências governamentais de fomento à pesquisa. Além disso, do ponto de vista mais interno, das discussões referentes à disciplina histórica, de continuar encarando a ditadura como um tema do tempo presente. O tema, em algum momento, vai deixar de ser História do Tempo Presente, e a gente precisa entender que momento é esse, qual será o marco que a gente vai levar em consideração. Eu não saberia te responder se você me perguntasse se a ditadura ainda é uma História do Tempo Presente. Eu teria bons argumentos para dizer que sim, mas igualmente bons argumentos para dizer que não, que não pertence mais à História do Tempo Presente. Acho que tudo depende, por exemplo, se a gente for falar das lutas realizadas pelo movimento negro durante a ditadura, o fato delas terem sido parcialmente conquistadas, isso pode ser considerado um continuum. A gente pode estar dentro de uma História do Tempo Presente quanto a isso, acho que vai depender muito do recorte. O livro do Rousso mexeu bastante comigo nessa ideia de pensar a última catástrofe. Na verdade, nem tanto pela pandemia, ainda que a pandemia vá mudar significativamente algumas impressões da gente em relação ao passado, mas acho que os desastres em Mariana foram realmente um marco.⁹

8 ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

9 Em novembro de 2015, houve o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração em Mariana, interior de Minas Gerais, controlada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Além

TC: Qual você considera como sendo o papel do historiador no trabalho de justiça, memória e verdade realizado nos períodos pós ditaduras? Qual é a importância do historiador nesses trabalhos?

Caroline Bauer: Acho que você está me fazendo uma pergunta muito pertinente. Participei de um debate em que a gente estava discutindo sobre a questão das estátuas. As estátuas apareceram com tudo, estão com tudo¹⁰. Nessa discussão, a gente se deu conta de que todos esses movimentos, organizados ou não, que fizeram a derrubada das estátuas, nenhum deles chamou um historiador. Nós historiadores nos manifestamos, nos enfiamos em um debate para o qual a gente não foi chamado. A gente está sendo chamado porque nos diz respeito a memória no espaço público. É uma coisa na qual a gente atua, mas as pessoas que estão atuando especificamente ali não querem saber o que os historiadores pensam, se é anacronismo, se é uma prática presentista, se estão preocupados com o patrimônio, o que é patrimônio, não. Quem está enlouquecido com isso somos nós historiadores. Mas, a gente pode pensar, inclusive, que os nossos debates públicos sobre esse tema façam parte da nossa função social. Acho que essa é uma das funções sociais do historiador, participar dos debates públicos, intervir nos debates públicos, sendo chamado para a intervenção ou não. Porque não existe, do ponto de vista da política - e aqui política compreendida no sentido amplo -, espaço vazio. Todos os espaços são ocupados por discursos, por sujeitos e tudo mais. Faz parte de nós historiadores também nos motivarmos para a ocupação de determinados espaços e os nossos discursos também ocuparem esses espaços.

da perda de vidas humanas, trata-se do desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira.

10 O ano de 2020 trouxe novamente à tona o debate sobre a presença de monumentos no espaço público que homenageiam violadores dos direitos humanos. Alguns monumentos foram derrubados em razão das manifestações realizadas pelo movimento *Black Lives Matter*.

sujeitos e tudo mais. Faz parte de nós historiadores também nos motivarmos para a ocupação de determinados espaços e os nossos discursos também ocuparem esses espaços. Em alguns casos, inclusive nesse das estátuas, qualificar o debate com algumas inserções.

Pois bem, em relação especificamente à ditadura e à garantia de determinados direitos, acho que os historiadores desempenharam um papel muito importante na Comissão Nacional da Verdade (CNV), ainda que com todas as limitações do trabalho da comissão em relação a tempo, dinheiro, quantidade de profissionais, todas as coisas que nós conhecemos bastante. Acho que o historiador da ditadura e os direitos à verdade, memória e justiça guardam ainda certa referência daquela frase do Peter Burke, de que a função do historiador é lembrar o que todo mundo quer esquecer. Acho que nós temos uma função de lembrança quase sem querer, ou, às vezes, querendo, de guardiões do passado. Acho que a gente tem um papel importante nessas questões de lembrar determinados esquecimentos voluntários e, em relação à temática da ditadura, acho que foi super importante a postura de diferentes historiadores de lembrar que determinados direitos assegurados constitucionalmente não estavam sendo cumpridos, não estavam sendo assegurados, realizando essas leituras a partir da Lei de Anistia, realizando essas intervenções a partir da inacessibilidade de arquivos, o que estaria ligado ao direito à memória e à verdade e à justiça. Os historiadores também tiveram um papel importante instrumentalizando esses direitos dentro do ensino de história, num engajamento de uma educação comprometida com os direitos humanos, a partir do que foi determinado pelo Plano Nacional de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, também acho que nós historiadores temos que ter ciência de que o nosso poder decisório, o nosso poder de intervenção na sociedade, tem determinado limite, e nós temos que reconhecer isso. Acho que a nossa contribuição é uma contribuição cidadã, uma contribuição que diz respeito à função social da história e do historiador, e nós devemos cobrar aos órgãos que têm poder decisório ou que podem pautar determinados debates em instâncias decisórias, mas acho que a gente tem que pensar também que, infelizmente, não somos nós que fazemos justiça e nós não garantimos o acesso aos documentos. Nós pode-

mos mostrar a hipocrisia, as contradições, os esquecimentos, mas nosso poder de atuação realmente é bem limitado dentro do que nós podemos fazer. O que leva a gente a pensar um pouco o que significa propriamente a reparação histórica, porque a gente pode pensar reparação do ponto de vista jurídico, que tem determinadas premissas, determinadas funções, mas o que seria uma reparação histórica? O que nós, enquanto historiadores, podemos fazer em relação ao cumprimento desses direitos senão elaborar narrativas que denunciem o esquecimento, o silenciamento, a hipocrisia, os paradoxos etc.? Acho que essa é a nossa maior contribuição para além dos engajamentos pessoais dentro das lutas específicas que travamos em relação a esse passado.

TC: Como você analisa hoje as disputas sobre a ditadura militar no Brasil?

Caroline Bauer: Todas as vezes que tenho me manifestado a respeito desse assunto, tenho procurado dizer que batalha de memória, as lutas sobre representações do passado, não são novidade, elas sempre existiram e vão continuar existindo. Nós estamos em um momento em que talvez o que de singular tenha nessa batalha sobre a memória é a legitimidade maior de discursos negacionistas sobre a ditadura. Acho que talvez seja a maior especificidade, ainda que pelos resultados da última pesquisa do Datafolha, as pessoas continuem apresentando uma vinculação com valores democráticos, acho que era 78% da população dizia defender a democracia, a gente não sabe muito bem o que as pessoas entendem por democracia nem o que o próprio Datafolha entende por democracia. Mas é notória a disseminação de um discurso negacionista sobre a ditadura e a legitimidade desse discurso, que é construído a partir de uma ideia de que os professores de história mentem, que eles são esquerdistas, que é possível existir uma narrativa neutra sobre o passado, que os historiadores de esquerda não são capazes de narrarem.

Talvez, atualmente, a especificidade desse debate sobre a batalha de memória em relação à ditadura seja que o cargo mais importante do governo esteja ocupado por um presidente que defende abertamente as práticas da ditadura, o que confere legitimidade e a possi-

bilidade de que determinadas visões venham para o espaço público. Acredito também que o fenômeno da pós-verdade, das *fake news* e as redes sociais também contribuam na forma e com novos objetivos nessa batalha de memórias. Tanto é que reparamos muito que, em relação ao debate sobre a ditadura propiciados por determinados grupos, não há nenhum compromisso com uma certa verdade histórica. É algo característico da pós-verdade: são discursos feitos para gerar determinados sentimentos e os mobilizarem do ponto de vista político. Não importa se factualmente aquilo está correto ou não, o que importa é o resultado que se consegue a partir disso. Acho que essa é a característica principal da batalha de memórias do momento atual.

Vivemos no presente uma contração do espaço público, e não pela pandemia. Antes da pandemia, o espaço público já estava sendo reduzido, e nós estamos exercendo funções de debate no espaço público nas redes sociais. Os debates que nós exercíamos no espaço público, em locais decisórios, migraram totalmente para as redes sociais. Parece que o espaço público agora é só a rede social. Esse é um fenômeno que sem dúvida alguma impacta essa batalha de memórias, além dessa instrumentalização sentimental a partir da pós-verdade. Pós-verdade e *fake news* andam muito próximas e acho que elas apontam para o descomprometimento em relação a uma verdade histórica.

Pós-verdade e fake news andam muito próximas e acho que elas apontam para o descomprometimento em relação a uma verdade histórica. A gente sabe que a verdade não existe, mas o mais próximo possível que podemos chegar da não negação, da não generalização, da não minimização dos fatos, acho que isso está bem vinculado a essa batalha das memórias, pelo menos desde 2014.

A gente sabe que a verdade não existe, mas o mais próximo possível que podemos chegar da não negação, da não generalização, da não minimização dos fatos, acho que isso está bem vinculado a essa batalha das memórias, pelo menos desde 2014. A criação da Comissão da Verdade foi um momento que potencializou determinadas versões, que após o golpe de 2016 se acentuaram ainda mais.

TC: Professora, como você acha que os historiadores devem se posicionar diante do contexto que chega até a negar a existência da ditadura?

Caroline Bauer: É difícil, talvez a gente precisasse pensar como os historiadores em outras épocas lidaram com outros negacionismos. Talvez a gente devesse aprender um pouco com os exemplos anteriores, inclusive para dizer o que ainda funciona ou não. Em relação aos negacionismos da década de 1980, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet, que escreveu *Os assassinos da memória* (1987), falou que não debatia com negacionistas. Ele podia até debater sobre o negacionismo, mas nunca se sentaria em uma mesa com negacionistas. A gente deveria pensar hoje se essa premissa ainda é válida; acho que deixar sem resposta determinadas manifestações negacionistas é ruim, mas também acho que às vezes responder a tudo e a todos é dar visibilidade para algumas coisas que se nós não nos importássemos tanto, inclusive por causa da aceleração proporcionada pelas redes sociais, elas se perderiam muito rapidamente. Essa é uma estratégia que nós estamos vivenciando hoje, uma estratégia de artilharia contínua em relação a esse passado. A gente mal se recupera de uma questão e já tem que responder outra.

Acho que uma resposta mais segura que eu poderia dar para vocês quanto a isso é que os professores universitários podem e devem exercer cada vez mais atividades de extensão. Acho que é o momento de fortalecimento da extensão universitária, de pensar formas de divulgação do conhecimento histórico, de pensar formas de formação continuada dos professores da Educação Básica, de ocupação de espaços nas redes sociais, de iniciativa de divulgação histórica, de fortalecimento dessas iniciativas, porque acredito que nós nunca controlaremos a batalha de memórias. A batalha de

A batalha de memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo vai ter de novo discussões sobre isso.

memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo

vai ter de novo discussões sobre isso. Acho que quanto a isso a gente pode se despreocupar, mas acho que a gente pode contribuir com as excelentes pesquisas que são desenvolvidas nas universidades com essas abordagens, com os dados que elas trazem, com os documentos que elas mobilizam e disponibilizar isso cada vez mais para a sociedade. Acho que através da extensão, a partir daí, a gente vai conseguir pensar as melhores formas de diálogo com a sociedade.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908